



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES
TEORIAS E PRÁTICAS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

FRANCISCA DE FATIMA FRANCILINO FERNANDES

O TRABALHO COM A LEITURA NA ESCOLA FRANCISCO AUGUSTO CAMPOS:
traçando possibilidades

JOÃO PESSOA – PB

2014

FRANCISCA DE FATIMA FRANCILINO FERNANDES

**O TRABALHO COM A LEITURA NA ESCOLA FRANCISCO AUGUSTO CAMPOS:
traçando possibilidades**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Ferreira Araújo

JOÃO PESSOA – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

F363t Fernandes, Francisca de Fatima Francilino
O Trabalho com a leitura na Escola Francisco Augusto Campos [manuscrito] : traçando possibilidades / Francisca de Fatima Francilino Fernandes. - 2014.
43 p.

Digitado.
Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.
"Orientação: Maria de Fátima Ferreira de Araújo, Departamento de Serviço Social".

1. Leitura. 2. Escrita. 3. Letramento. 4. Prática de Ensino. I. Título.

21. ed. CDD 372.4

FRANCISCA DE FATIMA FRANCILINO FERNANDES

**O TRABALHO COM A LEITURA NA ESCOLA FRANCISCO AUGUSTO CAMPOS:
traçando possibilidades**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

aprovada em: 26 / 07 / 2014



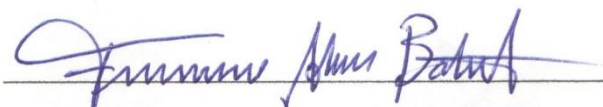
Prof. Dr.ª Maria de Fátima Ferreira Araújo / UEPB

Orientadora



Prof. Dr Marcos Antônio Barros/ UEPB

Examinador



Prof. Dr Francisco Alves Batista/ UEPB

Examinador

DEDICATÓRIA

A Deus, essa fonte inesgotável de força e de amor.

As minhas filhas e genros, sinônimos de amor em minha vida.

Aos meus netos que enchem a nossas vidas de uma alegria toda especial.

Ao meu pai *in memoriam*, a minha mãe e meus irmãos que me deram força nos momentos de desafio.

A minha irmã Maria dos Remédios Francelino *in memoriam*, pelo companheirismo e a saudade infinita que deixara a todos nós.

Aos meus amigos de trabalho com os quais tenho compartilhado conhecimentos e experiências diversas.

DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e pela força que me tem dado para enfrentar os obstáculos durante essa caminhada.

As minhas filhas, por me darem apoio nessa empreitada no mundo dos conhecimentos.

À professora Dr^a Maria de Fátima Ferreira de Araújo pela paciência, compreensão e orientação na construção desse trabalho.

Aos colegas de curso pelo conhecimento compartilhado.

Obrigada.

Ler é sonhar pela mão de outrem. Ler mal e por alto é libertarmo-nos da mão que nos conduz. A superficialidade na erudição é o melhor modo de ler bem e ser profundo.

Fernando Pessoa

RESUMO

O presente trabalho propõe uma reflexão acerca do ensino e da aprendizagem da leitura e a escrita na escola com foco no uso dos diversos gêneros textuais e numa perspectiva de letramento a partir de uma análise dos conceitos sobre o tema. Nesse sentido, foi realizado um estudo a partir de uma pesquisa bibliográfica com o intuito de fundamentar as discussões aqui propostas e vislumbrar algumas possibilidades de abordagens desse trabalho com a leitura e a escrita em sala de aula. Para tanto, tomamos como objeto de investigação o espaço da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Francisco Augusto Campos, na Cidade de Nazarezinho – PB. Abordamos algumas reflexões sobre a prática docente nas aulas de leitura e de produção textual, com foco na realidade local dessa escola. Nesse sentido foram realizadas leituras variadas de autores como: SOARES (1994), LAJOLO (2001), MARTINS (2012), KOCH, I. V; ELIAS (2012), SOLÉ (1998), SILVA (2002), PCN (2001), OLIVEIRA (2010), FREIRE (1995), TRAVAGLIA (2002), KLEIMAN (1998) entre outros. Constata assim, a necessidade de se redimensionar o trabalho de leitura e escrita em sala de aula apontando para o desenvolvimento de projetos pedagógicos e para a proposta de letramento.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura. Escrita. Letramento. Prática de Ensino.

ABSTRACT

This paper proposes a reflection on the teaching and learning of reading and writing in school focusing on the use of various text genres and perspective of literacy from an analysis of concepts on the subject. Accordingly, a study was conducted from a literature search in order to support the discussions proposed here and envision some possible approaches that work with reading and writing in the classroom. For this, we take as the object of research space at the State School of Primary and Secondary Francisco Augusto Campos, in the City of Nazarezinho - PB. We address some reflections on teaching practice in the classroom reading and textual production, focusing on local reality this school. Accordingly varied readings of authors such as were performed: SOARES (1994), LAJOLO (2001), Martins (2012), KOCH, I. V; ELIAS (2012), SOLÉ (1998), Silva (2002), NCP (2001), Oliveira (2010), Freire (1995), TRAVAGLIA (2002), KLEIMAN (1998) among others. Thus finds the need to resize the work of reading and writing in the classroom pointing to the development of educational projects and the proposed literacy.

KEYWORDS: Reading. Writing. Literacy. Teaching Practice.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 CARACTERIZAÇÃO DA EEEFM FRANCISCO AUGUSTO CAMPOS.....	11
2.1 Um pouco de história.....	11
2.2 Modalidades de ensino.....	12
2.3 Espaço físico.....	14
2.4 Da gestão escolar.....	16
2.5 Recursos humanos.....	17
2.6 Projetos e Programas.....	17
2.7 Matriz Curricular.....	18
2.8 Missão, valores e visão de futuro.....	18
3 LEITURA E ESCRITA: ALGUNS CONCEITOS	20
3.1 Concepções de leitura.....	23
3.2 Concepções de escrita.....	28
4 EEEFM FRANCISCO AUGUSTO CAMPOS TRAÇANDO POSSIBILIDADES DE TRABALHO COM LEITURA.....	31
4.1 A leitura no contexto escolar da EEEFM Francisco Augusto Campos	31
4.2 Traçando possibilidades de trabalho com leitura	35
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS.....	42

1 INTRODUÇÃO

A leitura é, antes de tudo, uma descoberta, uma possibilidade de expansão e de reconstrução do mundo. No entanto, quando realizada apenas como decifração de códigos ou signos ganha contornos de um automatismo, de mera atividade mecânica e não fornece ao leitor nenhum crescimento quanto a sua formação. Ao contrário, a leitura deve ser encarada como um processo prazeroso e deve ser instigado desde cedo pelos pais, professores e outros meios, como as mídias.

Nas escolas, infelizmente, reclama-se que os alunos lêem muito pouco e quase sempre por obrigação quanto ao cumprimento de suas atividades escolares. No entanto, essa leitura realizada nos espaços escolares encontra-se distante da realidade e das experiências de vida desses alunos enquanto sujeitos sociais. Daqui decorre que na grande maioria dos casos, esses alunos acabam abandonando inclusive essa pequena cota de leitura, distanciando-se do sonho de formação de leitores que a escola tanto almeja.

Nesses termos, podemos perguntar: O que entendemos como leitura? Como motivar os alunos à leitura? Como trabalhar práticas de leitura em sala de aula de maneira significativa? Como educá-los a uma leitura crítica?

Cabe destacar ainda que a atividade de leitura não pode ser dissociada da atividade de produção textual ou da escrita, pois ambas se complementam num processo mais amplo de desenvolvimento da competência comunicativa dos alunos. Aliá, tanto a leitura como a escrita são meios através dos quais o aluno se insere em contexto real de comunicação e de existência mesmo, pois o uso da língua da maneira que o fazemos determina em muito nossas escolhas e a nossa aceitação enquanto sujeitos inseridos num contexto sociocultural.

Em linhas gerais, o trabalho com a leitura e com a escrita nas escolas tem enfrentado diversos e intensos problemas. Podemos detectar isso facilmente se observamos os índices alarmantes que o governo lança anualmente sobre o rendimento escolar acerca desses processos.

Nesse sentido, podemos afirmar que a escola e o professor mais especificamente devem planejar suas atividades pedagógicas com o propósito de redimensionar o trato com que as aulas de leitura e de escrita vêm tendo. Tais atividades devem, antes de tudo, serem planejadas numa perspectiva de letramento, onde o professor, de posse dos conhecimentos adequados tentará, em sala de aula, oportunizar o contato dos alunos com a maior diversidade

de gêneros textuais disponíveis. Mais precisamente, aqueles com os quais os alunos estão em contato em suas experiências diárias.

Para fins dessa pesquisa, uma das possibilidades de trabalho com a leitura em sala de aula está na utilização dos textos literários que tendem a oportunizar um trabalho com a imaginação e a criatividade dos alunos. Além disso, possibilitam uma leitura prazerosa, como espaço de lazer e de cultura.

Nesse sentido, o presente trabalho apresenta a seguinte estrutura:

No primeiro capítulo, tentaremos traçar um perfil da EEEFM Francisco Augusto Campos com o intuito de apresentar suas características gerais tanto no que tange aos aspectos físico-espaciais, modalidades de ensino, gestão escolar, recursos humanos, matriz curricular, missão, valores e visão de futuro, projetos e programas desenvolvidos na escola, além de um pouco da sua historicidade. Para tanto trabalharemos com o texto da Proposta Pedagógica da Escola, revidada e reformulada neste ano de 2014.

No segundo capítulo, abordaremos questões referentes aos conceitos de leitura e de escrita e suas implicações no trabalho com essas habilidades na sala de aula. Levantaremos algumas reflexões pertinentes no que tange ao papel da escola e a postura do professor diante da nova proposta de ensino de leitura e de escrita numa perspectiva de letramento. Nesse sentido, buscaremos os estudos de alguns teóricos que se destacam por suas pesquisas como: PCN (2001), Kleiman (2005), Soares (1994), Silveira (2005), Solé (1998), Silva (2002), Ferreiro (1988), Koch&Elias (2012), Martins (2012), Horn (2004), Oliveira (2010), Freire (1995), Santos (2004), entre outros.

No terceiro capítulo tentaremos oportunizar algumas reflexões mais específicas sobre a prática docente no que tange ao ensino de leitura na sala de aula, o papel do professor no desenvolvimento dessa habilidade nos alunos e a necessidade de se redimensionar sua abordagem quanto ao ensino de leitura. Aqui, apresentaremos um perfil do trabalho que é realizado na escola – objeto de observação em sala de aula para, em seguida, sugerir algumas possibilidades didáticas e pedagógicas a respeito do tema. Assim é que trabalharemos com as reflexões de autores como Lajolo (2001) e Silva (1988) que orientarão a discussão em torno do processo de leitura realizado nas escolas.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

Uma escola se faz em sua identidade pelo tipo de educação que planeja ofertar a comunidade. Mais ainda, pela forma como conduz esse desafio e o modo como decide encarar sua clientela. O ambiente escolar, enquanto espaço público onde a maioria dos jovens e adolescentes passa suas vidas é um dos espaços que possibilitam antes de qualquer coisa a socialização do indivíduo, permitindo-lhe inclusive exercitar essa sua socialização, o que acaba por configurar a sua identidade sociocultural. Desse modo, o espaço escolar como um todo demonstra muito sobre a cultura e a identidade das pessoas que se a frequentam.

2.1 Um pouco de história

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Francisco Augusto Campos, situada na cidade de Nazarezinho –PB, é objeto de nossa atuação e observação do presente trabalho. A mesma foi regulamentada em 23 de março de 1979, com o nome de Escola Estadual de 1º Grau Francisco Augusto Campos, sobre o Decreto nº 4052. Em 1985 foi implantado gradativamente o 2º Grau pelo Decreto nº 11.178 de 27/12/1985 e Resolução 275/82, passando a ser chamada de Escola Estadual de 1º e 2º Graus Francisco Augusto Campos. Atualmente sua nova denominação é Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Francisco Augusto Campos.

Ela foi construída no ano de 1984, tendo como doador do terreno Francisco Mendes Campos, grande colaborador e lutador pela construção da escola. Antes, existia a Escola Comercial Francisco Lins que tinha dependência particular de 5ª a 8ª séries, mantida pela comunidade local, e fruto do ex – padre Cipriano Calvarro Martins, espanhol da cidade de Salamanca e fundador desta escola. Acabou por se destacar pelo apoio e pelo empreendedorismo que levou esta comunidade ao crescimento, conduzindo as atividades desta instituição de ensino e abrindo caminhos para que Nazarezinho pudesse ter uma educação de qualidade.

Com a saída de Pe. Cipriano, as atividades escolares ficaram sob a administração de Pe. Antônio Alves Siqueira. Em tempos difíceis, e após a realização de uma reunião com toda a comunidade escolar, o gestor em acordo com os presentes no evento acabou por desativar a escola. Isso gerou muita angústia na comunidade e o prefeito de então, José Augusto Mendes, passou a pressionar o governo do Estado para que se criasse uma escola estadual na comunidade com o objetivo de atender sua demanda.

Por fim, atendendo aos apelos do prefeito e de toda a comunidade, foi criada a Escola Estadual de 1º Grau Francisco Augusto Campos. A escola recebeu esse nome em homenagem a Francisco Augusto Campos, filho ilustre do município, ex-combatente da 2ª Guerra Mundial e um dos primeiros a ter formação superior no município, morto em um acidente automobilístico.

2.2 Modalidades de ensino

A Escola Francisco Augusto Campos funciona de acordo com o ensino fundamental a partir de nove anos de idade, compreendendo, assim, do 6º ao 9º ano. A escola conta atualmente com o número de 273 alunos, incluindo o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e EJA – Educação de Jovens e Adultos com duração anual e número de horas de trabalho escolar de acordo com a legislação vigente a qual determina na LDB (Art 32) o seguinte parâmetro para funcionamento do ensino fundamental nas escolas de ensino público e gratuito, modalidade a qual se encaixa e a referida escola

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

O ensino passa assim a ter uma duração de nove anos, pois amplia essa fase da formação do aluno, confirmando ser gratuito e obrigatório a partir dos 6 anos. Nesses termos, a esta de acordo com a escola está de acordo com a legislação e oferece ainda o Ensino Médio como etapa final da Educação básica, com a duração de três anos, conforme dispõe a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Art. 35):

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades: I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental,

possibilitando o prosseguimento de estudos; II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Conforme o artigo acima mencionado o ensino médio possui objetivos voltados para a consolidação dos conhecimentos relativos à formação básica dos alunos além de apontar como norte o trabalho científico, consolidado no ensino superior.

A formação do aluno do ensino médio visa à consolidação dos conhecimentos básicos, à preparação ao trabalho científico e a capacidade para usar as diferentes tecnologias nas mais diversas áreas da educação. Aqui, no ensino médio, a escola contabilizou um total geral de 204 alunos matriculados.

No que tange à Modalidade de EJA - Educação de Jovens e Adultos, a realidade educacional e social do nosso país requer o enfrentamento da evasão escolar e de outros problemas relacionados ao fracasso escolar do aluno em termos gerais. Nesse sentido, a escola não oferta uma educação profissional, mas aposta numa didática diferenciada para os jovens e adultos que frequentam sua modalidade de ensino específica (EJA).

Em termos de EJA a prática pedagógica deve ser diferenciada, optando-se por valorizar não somente o conteúdo, mas as habilidades que o aluno possui para se desenvolver aquele saber. Também se evitam provas, dando prioridade a atividades em grupos, pesquisas ou registros de participação e frequência, bem como atividades que priorizem o discurso oral.

Outro ponto forte no ensino da EJA diz respeito ao trabalho a partir de temáticas que fazem parte do cotidiano desses alunos e que perpassarão todas as áreas de conhecimento. Aqui, o professor trabalha com atividades que envolvam a discussão, as observações dos alunos, a oralidade, e a escrita. O foco é fazer com que o aluno seja autor da sua formação.

O professor toma algumas precauções para que sua metodologia não incorra no absurdo do tradicionalismo. Os alunos da EJA possuem um histórico de vida bastante angustiante e precisam de uma abordagem mais significativa e acolhedora.

Nesse sentido, faz-se essencial que a metodologia voltada para a aprendizagem desses alunos seja diferenciada não somente quanto à abordagem, mas quanto aos próprios conteúdos que serão ministrados. Assim, devem ser levados em conta os aspectos sociais, políticos, culturais desse público no que tange à administração dos conteúdos. Dessa forma, escola e

professores podem garantir uma aprendizagem mais significativa e pautada nos valores que realmente fazem parte da realidade dos alunos da EJA.

Através desse ensino diferenciado, escola possibilita aos alunos que por motivos vários tiveram que abandonar sua vida escolar, outra oportunidade de cuidar da sua formação educacional. Nessa modalidade temos um total de 135 alunos. A esse respeito a LDB, assegura em seu artigo 37 que:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. § 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.

A EJA, assim, está assegurada legalmente e se traduz como opção aos que desistiram da sua vida escolar, cabendo com isso ao poder público estimular que os jovens e adultos retornem à escola para a conclusão dos seus estudos. A Escola Francisco Augusto Campos está organizada em três turnos. Pela manhã: das 7 às 11:30 – ensino fundamental; pela tarde: 13 às 16:30 - ensino fundamental e ensino médio; e pela noite: 18:30 às 22:30 – ensino médio e EJA (Educação de Jovens e Adultos).

2.3 Espaço físico

A beleza de uma escola vai além dos aspectos da limpeza ou da organização. Ela requer, antes de qualquer coisa, um ambiente que seja favorável à aprendizagem dos alunos, que instigue a criatividade e aguçe a imaginação do aluno durante o processo de desenvolvimento das inúmeras habilidades dos alunos.

Na medida em que a escola se prepara para favorecer essa aprendizagem, o aluno começa a compreendê-la como um espaço seu, que faz parte da sua vida e que lhe serve com inúmeros outros espaços, como na sua casa ou outros espaços sociais que frequenta.

De acordo com Horn (2004, p. 28):

É no espaço físico que a criança consegue estabelecer relações entre o mundo e as pessoas, transformando-o em um pano de fundo no qual se inserem emoções [...] nessa dimensão o espaço é entendido como algo conjugado ao ambiente e vice-versa. Todavia é importante esclarecer que essa relação não se constitui de forma linear. Assim sendo, em um mesmo espaço podemos ter ambientes diferentes, pois a semelhança entre eles não significa que sejam iguais. Eles se definem com a relação que as pessoas constroem entre elas e o espaço organizado.

Para a autora, a escola, enquanto espaço de aprendizagem, propicia especialmente a socialização e o desenvolvimento de habilidades relacionadas à convivência do indivíduo em sociedade. No entanto, ao a formar que não é uma relação linear, aponta para a necessidade de se diversificar e apresentar certa variação em sua organização e na forma de acolher os alunos.

A escola Francisco Augusto Campos possui 8 salas de aula, sendo que duas delas foram destinadas ao espaço de multimídia e laboratório de informática e outra para a biblioteca. As salas são amplas e arejadas e as carteiras estão em bom estado de conservação, mas o pouco número tem gerado transtornos para atender a demanda de matrículas.

Há um espaço que funciona a cantina, onde é preparada a merenda escolar, e um banheiro dos professores. A merenda é servida no refeitório, que é bastante amplo. A merenda é de boa qualidade, apesar da escassez de recursos. Os servidores que atuam na cantina são responsáveis pela preparação da merenda e limpeza do ambiente escolar.

Há ainda um almoxarifado para se guardar os entulhos da escola. Possui também uma sala para a direção, e ao mesmo tempo acolhe os professores. O educandário é todo murando, não permitindo a entrada de estranhos em suas dependências.

A Escola disponibiliza ainda de um bebedouro coletivo, um pátio, uma quadra poliesportiva. Possui também dois banheiros destinados para os alunos. Em nenhum deles há acessibilidade. Esta escola dispõe de dois datashow, mapas, globos, livros didáticos e paradidáticos, jogos, material dourado, 21 computadores, 02 notebooks, 03 TVs, 01 DVD, 01 palco móvel, 01 planetário, 01 conjunto de som amplificado, 01 torso humano, 01 lousa digital, entre outros recursos.

A problemática está na pouca quantidade de salas de aula que a escola possui e a dificuldade de o governo estadual atender às solicitações de reformas e ampliações da mesma. Mas apesar disso, o trabalho pedagógico não se limita somente sala de aula, pois os professores em parceria com a supervisão e os gestores escolares, conseguem organizar espaços para a realização de atividades mais diversificadas, proporcionando aos alunos um ambiente acolhedor, contribuindo assim para tornar mais prazerosa sua prática de ensino.

Além disso, em sala de aula os professores costumam organizar painéis e outros atrativos tornando o espaço escolar mais atrativo para os alunos e mais propício a produção do conhecimento. Afinal de contas, um ambiente carente somente com paredes vazias não traduz a proposta de uma escola dinâmica com uma proposta significativa de aprendizagem.

Nesse sentido, ao educador cabe organizar e zelar por esses espaços, muitas vezes violados pelos próprios alunos, sempre visando uma oportunidade de aprendizagem.

Segundo Horn (2004, p.15) “o olhar de um educador atento e sensível a todos os elementos que estão postos em uma sala de aula. O modo como organizamos materiais e móveis, e a forma como as crianças e adultos interagem com eles são reveladores de uma concepção pedagógica”.

Isso nos remete à função elementar do professor, que é zelar pela formação do aluno e nesse sentido, todos os fatores são fundamentais durante o processo.

2.4 Da gestão escolar

A equipe gestora é composta por uma diretora, que organiza, direciona e planeja as atividades disciplinares e de natureza financeira no âmbito escolar. Várias são as atribuições do gestor, pois na figura do diretor, principalmente, repousa o bom funcionamento da escola.

Também integra essa equipe, a vice- diretora e uma coordenadora que auxiliam nas atividades da escola. Esta última essencialmente em atividade didático-pedagógicas. As três funcionárias possuem formação superior e em alguns horários se revezam para atender as demandas do bom andamento das aulas.

Para a administração de atividades de secretaria escolar, temos uma Secretária e a Auxiliar de Secretaria, ambas subordinadas à gestora e com a função de cuidar dos registros e serviços de estruturação escolar, arquivos, fichário e preparação de correspondência pertinente à vida escolar do educando e a situação funcional de todo o pessoal docente e administrativo.

Há ainda o corpo docente formado por todos os professores que ministram as várias oficinas ofertadas pela escola. São 25 professores distribuídos no ensino fundamental, ensino médio e EJA.

Além desses profissionais, a escola conta ainda com: supervisor, digitadores, auxiliares de limpeza, merendeiras, porteiros e bibliotecária. Todos procuram aprimorar seus conhecimentos através de cursos de capacitação, visando o aperfeiçoamento profissional.

2.5 Recursos humanos

A escola enquanto instituição estadual é mantida por recursos do Governo do Estado da Paraíba. Além desses recursos, recebe a verba do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola, uma vez por ano. A mesma é destinada à compra de materiais permanentes e de consumo.

Outro recurso que a escola recebe se refere ao PDDE/PB que complementa a compra de materiais pedagógicos e de alguns serviços de reparo, manutenção e outros. Além disso, a escola foi contemplada este ano com os programas PDDE – Integral – Mais Educação, PDDE – Atleta Escola. São programas que estão ainda e fase de implantação e que visam o recebimento dos recursos para a implantação da educação integral, em que os alunos passarão o dia inteiro na escola.

2.6 Projetos e Programas

Os programas em que a escola está engajada são: Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Pronatec, FIC – Cursos de Formação Inicial, E-TEC – Educação Tecnológica a Distância, Programa Saúde na Escola, PDE – Escola, PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola, Programa Escola Acessível, PNAE – Programa de Alimentação Escolar, Sismédio, PNATE – Programa de Transporte Escolar, PARFOR – Plano Nacional de Formação de Professores, PBVEST, ODE – Orçamento Democrático e Educador Digital.

No que tange ao desenvolvimento de projetos, a Escola Francisco Augusto Campos tem se destacado no Projeto do Governo Estadual “Escola de Valor” e “Mestres da Educação”, tendo sido contemplada nas duas últimas versões.

Foram realizados projetos de língua portuguesa como “Pedalada da Leitura”, em matemática, sobre geometria e em história e geografia sobre o fenômeno da seca no Nordeste do Brasil. São projetos que envolvem os alunos, gestores, pais e toda a comunidade, fortalecendo os vínculos entre esses sujeitos.

2.7 Matriz Curricular

Os currículos da escola em todas as suas modalidades contemplam a base nacional comum e a parte diversificada prevista na LDB. A matriz curricular está de acordo com as

exigências da LDB e se realiza conforme o calendário e a carga horária organizada em reunião pela comunidade escolar.

Conforme organiza a Matriz Curricular em conformidade com a LDB:

1. “O ensino religioso é componente curricular optativo para os estudantes (Lei 9475/1997)”;
2. “a educação física é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao estudante nos tempos do 3º parágrafo do artigo 26 da LDB 93,94/96 (Lei 10.793/2003)”;
3. “Módulo- aula: 50 minutos.”

É o calendário da escola recebido pelo Governo do Estadual através da Secretaria de Educação que estabelece o início e o término de cada período letivo, feriados nacional e municipal, período de matrícula, entre outros. No entanto, o calendário sociocultural é elaborado pela escola e deve contemplar sua proposta pedagógica.

2.8 Missão, valores e visão de futuro

A Escola Francisco Augusto Campos em sua Proposta Pedagógica (2014, p. 22) tem como missão:

oferecer uma educação de qualidade, promovendo o relacionamento democrático e respeitoso entre todos os segmentos que fazem parte do processo educativo, descobrindo meios que garantam a permanência na escola, buscando acima de tudo uma formação educativa, para formar cidadãos críticos e participativos, sujeitos produtores de conhecimento e de cultura.

De acordo com a Proposta Pedagógica da Escola, sua missão se consolida levando em conta valores como democracia, respeito e participação social.

Os valores da escola se configuram como: companheirismo, cooperação e respeito, fundamentais na convivência harmoniosa, na amizade e no bem da coletividade.

A visão de futuro da Escola Francisco Augusto Campos, conforme consta na Proposta Pedagógica (2014, p. 24) é:

Pretendemos nos tornar uma escola de referência na comunidade pela qualidade de serviços que prestamos, realizando nosso trabalho de forma eficaz, cooperativa, segura e responsável, respeitando nossos alunos, pais, e comunidade. Aliados no tripé: fé, valorização do outro e no companheirismo intelectual e pessoal.

Trata-se de uma visão que calcada na esperança de se assegurar ao aluno uma educação verdadeiramente de qualidade, além de oportunizar o exercício do respeito e do companheirismo. De acordo com o documento (PPP, p. 31) os valores da instituição são:

Compromisso: envolvemos a comunidade escolar, comprometendo-a com atividades e responsabilidade educacional; cooperação: vivenciamos a grande essência do espírito solidário e cooperativo na realização do trabalho mútuo; respeito: trabalhamos em equipe de modo que cada pessoa contribua no limite de sua participação nas atividades escolares.

Conforme consta no documento, a escola desenvolve suas ações de modo participativo e cooperativo o que propicia o trabalho com o desenvolvimento de projetos.

3 LEITURA E ESCRITA: alguns conceitos

É consenso dizer que o ensino de leitura e, é claro, da escrita, é a mais importante função da escola desde tempos antigos, uma vez que tais habilidades são fundamentais na existência mesmo do homem em sociedade, não somente no que tange ao processo de apropriação do conhecimento, mas em especial, naquilo que diz respeito a sua necessidade comunicativa.

O homem, enquanto ser social, sente necessidade de interagir em seu meio e entre seus semelhantes. Esse processo interativo somente poderá acontecer se houver comunicação, pois é a partir dessa atividade que o homem constrói a sua história e a sua existência em si. Linguagem é, em suma, existir.

Nesse sentido, aquela função primeira e indispensável da escola de desenvolver em seus alunos as habilidades básicas que possam possibilitar essa interação social e esse processo comunicativo, a saber, ler e escrever, deve ganhar uma dimensão maior e mais significativa em suas discussões pedagógicas.

Na verdade, em se tratando de contexto escolar, essas habilidades de leitura e escrita são fundamentais não apenas na disciplina de língua portuguesa, mas de modo geral, nas várias outras áreas e disciplinas do conhecimento que se pretenda construir junto aos alunos.

Ler é, pois, atividade essencial para o avanço nas diversas aprendizagens seja qual for o assunto. Nestes termos, o leitor competente, conforme assegura os PCN (2001, p. 54), “só pode constituir-se mediante uma prática constante de leitura de textos de fato, a partir de um trabalho que deve se organizar em torno da diversidade de textos que circulam socialmente”. Desse modo, para que possamos considerar nosso aluno um leitor competente faz-se necessária uma aula motivadora, haja vista ser a escola o ambiente mais propício ao desenvolvimento dessa habilidade. Além disso, é na escola que os alunos estão em contato com os mais diversos tipos de material que envolvem a leitura como: livros, documentos, revistas, cartazes, jornais entre outros.

O ensino de leitura e escrita foi tema de enfoque na abordagem dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN. Mesmo hoje em dia sendo bastante criticado, o referido documento apresentando inúmeras análises e informações para todos os que compõem a educação desse país, se constitui como fonte indispensável de estudo sobre o tema.

Segundo os PCN (2001, p. 54) “A leitura na escola tem sido fundamentalmente um objeto de ensino, para que esta se constitua em um objeto de aprendizagem é necessário que tenha sentido para o aluno”. Para que isso aconteça, faz-se necessário que o professor

redimensione sua prática de ensino, em especial, no que tange ao trabalho com a leitura e com a escrita. Essa atividade precisa se constituir como uma prática social viva, partindo do uso de diversos gêneros textuais em situações reais de comunicação.

Para o referido documento, trabalhar a leitura de maneira significativa para o aluno “significa trabalhar com a diversidade de objetivos e modalidades que caracterizam a leitura, ou seja, os diferentes para “quês”- resolver um problema prático, informar-se, divertir-se, estudar, escrever ou revisar o próprio texto” (PCN, 2001, p. 54-55).

O trabalho com a leitura e a escrita na escola envolve o conhecimento linguístico, sendo que os alunos precisam ter adquirido tais conhecimentos para que possam agir socialmente de maneira cidadã e como usuários de determinada língua, capazes de refletir e de utilizar essa linguagem em situações de sua vida cotidiana. Com isso, os novos métodos pedagógicos apontam para um trabalho que se leve em conta a proposta de letramento, em que o aluno tenha contato na escola e em sociedade com os diversos gêneros textuais que circulam socialmente.

Sobre o conceito de letramento, Kleiman (2005, p. 7) afirma que:

O conceito de letramento já entrou no discurso escolar – por exemplo, nos documentos que falam do currículo, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) -, porém foi entrando por diversas portas, por ser um conceito usado por pesquisadores de diversas áreas (educação, didática, linguística aplicada, história da literatura) ao falarem dos usos da escrita. Isso tem causado muita confusão.

Para a autora, o trabalho pedagógico pautado numa perspectiva do letramento conquistou as orientações das propostas pedagógicas e outros documentos que orientam o fazer pedagógico. Para Kleiman (2005, p. 9) não se pode dizer que exista apenas um método ou modelo de letramento:

Não existe um método de letramento. Nem um nem vários. O letramento envolve a imersão da criança, do jovem ou do adulto no mundo da escrita e, nesse sentido, para conseguir essa imersão o professor pode: a) adotar práticas de leitura de livros, jornais e revistas sem sala de aula; b) arranjar paredes, chão e mobília da sala de tal modo que textos, ilustrações, alfabeto, calendários, livros, jornais e revistas penetrassem todos os sentidos do aluno-leitor em formação; c) fazer um passeio-leitura com os alunos pela escola ou pelo bairro.

Esse trabalho de leitura e escrita na perspectiva de letramento reflete a necessidade de munir o aluno de ferramentas comunicativas que possam lhe auxiliar em situações diversas de interação no contexto social de sua existência.

Cabe ao professor e a escola essa árdua tarefa de se fazer refletir sobre a prática pedagógica de hoje e aquela que pretendemos, sempre levando em conta os anseios dessa nova geração de alunos, de modo a orientar o redimensionamento do ensino de leitura e escrita na sala de aula.

Com isso, podemos afirmar que letramento se constitui como o uso efetivo da leitura e da escrita dentro de um contexto real de comunicação. Sobre o assunto, Soares (1994, p. 96 – 97) afirma que:

Letramento é palavra e conceito recentes, introduzidos na linguagem da educação e das ciências linguísticas há pouco mais de duas décadas. Seu surgimento pode ser interpretado como decorrência da necessidade de configurar e nomear comportamentos e práticas sociais na área da leitura e da escrita que ultrapassem o domínio do sistema alfabético e ortográfico, nível de aprendizagem da língua escrita perseguido, tradicionalmente, pelo processo de alfabetização. Esses comportamentos e práticas sociais de leitura e de escrita foram adquirindo visibilidade e importância à medida que a vida social e as atividades profissionais tornaram-se cada vez mais centradas na e dependentes da língua escrita, revelando a insuficiência de apenas alfabetizar – no sentido tradicional – a criança ou o adulto.

Para ela o falar em letramento significa ultrapassar os limites do mero domínio do sistema de escrita. Significa ampliar esse processo meramente decodificador. A proposta de letramento retira o sujeito de uma situação restrita de uso de linguagem e amplia seus horizontes de comunicação social.

Nesse sentido, vale destacar que ao professor recai toda uma obrigação de fornecer espaços em que se possibilite ao aluno vivenciar situações de comunicação semelhantes àquelas que ele vivencia fora da escola em seu contexto social de uso de linguagem.

Diante da necessidade de se desenvolver tais habilidades nos alunos, os professores e a escola como um todo precisam redimensionar suas práticas no que tange aos ao trabalho com a leitura e com escrita em sala de aula. Nesse sentido, a escola precisa compor espaços para o trato das novas formas de comunicação, levando em conta os interesses comunicativos dos alunos.

O tema leitura é bastante discutido nos meios educacionais, pois sua importância é fundamental para a aquisição dos demais conhecimentos postos ao alcance dos alunos. Nesse

sentido, faz-se necessário que analisemos alguns conceitos do termo, bem como da atividade da escrita, com a qual está indissociavelmente relacionada.

3.1 Concepções de leitura

Para adentrarmos em uma discussão mais sistematizada sobre as práticas de leitura na escola precisamos, a princípio, analisarmos alguns dos seus conceitos para com isso, traçarmos algumas possibilidades didáticas que possam orientar esse trabalho do professor em sala de aula.

Ler e escrever são práticas essencialmente sociais que fazem parte do nosso cotidiano. Tais atividades necessitam de um espaço bastante organizado e amplo dentro do espaço escolar, pois dado o seu caráter comunicativo, precisam ser trabalhados sob o ponto de vista de uma análise reflexiva do uso da linguagem.

Além disso, essa análise sobre as práticas de leitura, por exemplo, deve ser realizada paralelamente ao trabalho de formação de leitores que, por sua vez, tem constituído um grande desafio para o professor da escola moderna, pois os alunos estão imersos em uma sociedade intensamente rica de atrativos, os mais variados e encantadores possíveis, que nos roubam sua atenção e tendem a tirar o espaço que a leitura poderia ocupar na vida desses alunos.

Ao afirmarmos a função da escola de trabalhar a leitura e a escrita com os alunos com o objetivo de formar leitores competentes, esse trabalho didático ganha novos contornos e, por isso mesmo, exige maior atenção e planejamento por parte dos professores e da escola enquanto espaço de formação do indivíduo.

Nossa escola precisa reorganizar essa tarefa e o professor, por sua vez, planejam um trabalho mais dinâmico e significativo, pautado na proposta de letramento e que busque fundamentos nos usos efetivos da linguagem (ou das linguagens) que o nosso aluno utiliza dentro do seu contexto social.

Nesse sentido, o documento de referência sobre o assunto analisado – PCN (1997, p. 41) – define:

A leitura é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto, a partir dos seus objetivos, do seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a língua: características do gênero, do portador, do sistema de escrita, etc. Não se trata simplesmente de extrair informação da escrita, decodificando-a letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica,

necessariamente, compreensão na qual os sentidos começam a ser constituídos antes da leitura propriamente dita. Qualquer leitor experiente que conseguir analisar sua própria leitura constatará que a decodificação é apenas um dos procedimentos que utiliza quando lê: a leitura fluente envolve uma série de outras estratégias como seleção, antecipação, inferência e verificação, sem as quais não é possível rapidez e proficiência. É o uso desses procedimentos que permite controlar o que vai sendo lido, tomar decisões diante de dificuldades de compreensão, arriscar-se diante do desconhecido, buscar no texto a comprovação das suposições feitas, etc.

Para o documento dos PCN a leitura deve ser compreendida primeiramente enquanto processo, pois o sujeito leitor, em contato com o texto dado se propõe a construir um sentido para ele, exigindo-lhe uma postura ativa nesse processo. Percebe-se que esse conceito vai além daquela idéia arcaica de que leitura é meramente decodificação. Outro ponto levantado nessa definição refere-se ao fato de que a leitura começa antes mesmo da leitura propriamente dita, ou seja, a compreensão do texto trabalha com elementos que estão forma desse texto, a sua volta, na sua construção, na sua autoria.

Ainda no que concerne à definição de leitura utilizada nos Parâmetros Curriculares Nacionais, destaque-se que ela envolve algumas estratégias que tornam possível a compreensão dos sentidos do texto, como a seleção, antecipação, inferência e verificação.

A estratégia de seleção permite que o leitor leia aquilo que lhe é pertinente e necessário, auxiliando inclusive em termos de tempo dedicado à leitura. Para Solé (1998, p. 30) “o leitor faz a síntese da parte mais interessante do texto para os objetivos que determinam a leitura”.

Conforme Silveira (2005) a seleção é a habilidade de escolher apenas aqueles tópicos que possuem relevância à compreensão e ao propósito da leitura. Assim como Silva (2002) do mesmo afirma que a seleção é escolher apenas os aspectos mais relevantes do texto.

Com a estratégia de antecipação, por sua vez, é possível ao leitor “adivinhar” informações que ainda estão por vir baseando em seus conhecimentos prévios e suposições feitas por ele.

Solé (1998) afirma que a estratégia de antecipação serve essencialmente para destacar os conhecimentos que o leitor já dispõe sobre o tema posto, ou seja, seus conhecimentos prévios.

No que diz respeito à estratégia de inferência, serve para que o leitor consiga captar aquelas mensagens que estão implícitas no texto. Para tanto, através de exercícios cognitivos, o leitor busca, através da utilização de pistas, adivinhar certas informações necessárias à construção do sentido do texto. Segundo Silva (2002, p. 94):

É possível ao leitor inferir tanto a informação textual explícita quanto a implícita, ou seja, a inferência é utilizada quando se quer saber a respeito do antecedente de um pronome, sobre a relação entre caracteres, sobre as preferências do autor ou até mesmo sobre uma palavra que apareceu no texto com erro de imprensa.

De acordo com a autora, através de elementos fornecidos pelo próprio texto, o leitor consegue construir informações necessárias à compreensão desse texto. Tais informações podem aparecer de maneira explícita ou de modo implícito no texto, mas ambas devem estar coerentes com o sentido sugerido no e pelo texto.

Por fim, a verificação se constitui como uma estratégia voltada para a confirmação das outras estratégias no que tange à coerência ou não do significado ou sentido alcançado durante o processo de leitura. Esta estratégia é denominada de “autocorreção” por Ferreiro (1988) e tem o objetivo de avaliar a coerência das informações suscitadas. Segundo a autora, a autocorreção, ou verificação, é também uma forma de aprendizagem, já que é uma resposta a um ponto de desequilíbrio no processo de leitura” (FERREIRO, 1988, p. 18).

Essas estratégias nos auxiliam no processamento das informações propostas pelo texto na busca pela construção de um sentido. Muitas vezes, tais estratégias são realizadas inconscientemente, ou seja, o leitor não se prepara formalmente para realizá-las. Por isso mesmo é que atualmente o conceito de leitura se configura enquanto processo interativo, pois não basta o texto, ou a intenção de autor. Seu sentido se organiza durante a ação do leitor sobre o texto.

Assim, as autoras Koch&Elias (2012, p. 7) ao analisarem o conceito de leitura afirmam que:

A leitura de um texto exige muito mais que o simples conhecimento linguístico compartilhado pelos interlocutores: o leitor é, necessariamente, levado a mobilizar uma série de estratégias tanto de ordem linguística como de ordem cognitivo-discursiva, com o fim de levantar hipóteses, validar ou não as hipóteses formuladas, preencher lacunas que o texto apresenta, enfim, participar, de forma ativa, de construção de sentido.

Segundo as autoras, a atividade de leitura se configura como processo de interação entre o leitor, o autor e o texto. Nesses termos, a leitura seria construída num processo dinâmico e reflexivo em que o leitor, de posse do texto, utiliza diversas estratégias em busca da produção de um sentido. Esse exercício é intenso e leva o sujeito leitor a levantar hipótese e testá-las nessa busca por um sentido para o texto.

Para Martins (2012, p. 7) que:

Falando em leitura, podemos ter em mente alguém lendo jornal, revista, folheto, mas o mais comum é pensarmos em leitura de livros. E quando se diz que uma pessoa gosta de ler, “vive lendo”, talvez seja rato de biblioteca ou consumidor de romances, histórias em quadrinhos, foto novelas. Se “passa em cima dos livros”, na certa estuda muito. Sem dúvida, o ato de ler é usualmente relacionado com a escrita, e o leitor visto como decodificador da letra. Bastará, porém decifrar palavras para acontecer a leitura? Como explicarmos as expressões de uso corrente “fazer leitura” de um gesto, de uma situação; “ler a mão”, “ler o olhar de alguém”; “ler o tempo”, “ler o espaço”, indicando que o ato de ler vai além da escrita?

Nessa definição de leitura percebe-se que esse processo ganha um sentido mais amplo do que a simples decodificação e aponta para uma perspectiva de letramento, baseada na utilização de diversos gêneros textuais, dos verbais ao não-verbais. Ainda sobre a discussão a Martins (2012, p. 30) afirma que:

Seria preciso [...] considerar a leitura como um processo de compreensão de expressões formais e simbólicas, não importando por meio de que linguagem. Assim, o ato de ler se refere tanto a algo escrito quanto a outros tipos de expressão do fazer humano, caracterizando-se também como acontecimento histórico e estabelecendo uma relação igualmente histórica entre o leitor e o que é lido.

Ela propõe uma noção de leitura mais abrangente e complexa, voltada para os diversos usos da linguagem e que se constitui como um processo em que o leitor tenta construir uma compreensão do texto.

Koch&Elias (2012, P. 11) sobre a conceituação da leitura afirma que:

[...] o sentido de um texto é construído na interação texto-sujeito e não algo que preexista a essa interação. A leitura é, pois, uma atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos, que se realiza evidentemente com base nos elementos lingüísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas requer a mobilização de um vasto conjunto de saberes no interior do evento comunicativo.

Segundo as autoras o conceito de leitura requer uma postura ativa do leitor e se traduz como um processo interativo. Desse modo, o sentido de um texto não se perfaz como algo pronto, produzido pelo autor e esperando que o leitor o encontre. Na verdade, esse sentido requer todo um empenho do sujeito-leitor a sua procura e assim, no meio desse processo

interativo, aos poucos e de modo personalíssimos, o sentido se concretiza diante dos esforços desse leitor.

Conceituar leitura exige ainda apontar em alguns casos para a função da leitura. Nesse sentido, Silva (2005, p. 42 – 43) afirma que:

Em termos de realidade educacional brasileira, as funções da leitura podem ser explicitadas da seguinte forma:

1. Leitura é uma atividade essencial a qualquer área do conhecimento e mais essencial ainda à própria vida do Ser Humano [...]
2. Leitura está intimamente relacionada com o sucesso acadêmico do ser que aprende; e, contrariamente, à evasão escolar. [...]
3. Leitura é um dos principais instrumentos que permite ao Ser Humano situar-se com os outros, de discussão e de crítica para se poder chegar à práxis. [...]
4. A facilitação da aprendizagem eficiente da leitura é um dos principais recursos de que o professor dispõe para combater a massificação galopante, executada principalmente pela televisão. [...]
5. A leitura, possibilitando a aquisição de diferentes pontos de vista e alargamento de experiências, parece ser o único meio de desenvolver a originalidade e autenticidade dos seres que aprendem [...].

Nesse sentido as funções da leitura envolvem diversos fatores, como os de ordem pessoal, como a necessidade que o homem possui de conhecimento, e outra social, como a necessidade de formação profissional, que é o caso da proposta da escola. Sua função aqui é preparar o aluno para sua vida em sociedade, na expectativa do êxito, fornecendo-lhe os conhecimentos necessários à operacionalização das diversas situações de comunicação que a sociedade lhe propõe.

Para Oliveira (2010, p. 59), por sua vez, o conceito de leitura é posto de maneira questionadora ao mesmo tempo que reflexiva:

A leitura é uma atividade exclusivamente lingüística? A importância dessa pergunta reside na resposta que o professor dá a ela, pois tal resposta revela sua posição teórica em relação ao ato de ler. O professor que responde essa pergunta afirmativamente é o mesmo que aposta no aprendizado da gramática tradicional para levar seus alunos a lerem com fluência. O professor que responde negativamente é aquele que tem consciência da natureza interacional da leitura e que busca ajudar seus alunos a construir conhecimentos que vão além do universo lingüístico. (OLIVEIRA, 2010, p. 59).

Para o autor, a leitura também deve ser compreendida como um processo de interação e a visão do professor deve estar pautada nessa perspectiva. Somente assim, ele poderá auxiliar na formação do aluno enquanto sujeito social e usuário de uma língua. Aos

professores que insistem encarar a leitura somente como ato linguístico, o autor chama a atenção para que isso é uma postura tradicional e sem expectativas de êxito.

Nesses termos, o conceito de leitura encontra um feixe comum entre as diversas concepções aqui destacadas. Para todas elas, não se pode negar o caráter interativo desse processo. Conceituá-la como mera atividade seria retornar ao tradicionalismo e abandonar qualquer expectativa de sucesso na formação de indivíduos competentes quanto ao uso de sua língua. A leitura se configura então como um processo através do qual o leitor, de posse do texto, realiza uma série de exercícios cognitivos na busca pela construção de um sentido.

3.2 Concepções de escrita

É comum vermos a leitura sendo analisada, tratada e redimensionada sempre atrelada à atividade escrita. Isso ocorre porque uma está intrinsecamente relacionada à outra. Apesar de serem abordadas em muitos trabalhos de modo separado é fundamental dizer que ambas são práticas que se complementam. Inclusive os PCN (1997, p. 40) sobre assunto afirmam que:

[...] a escrita transforma a fala (a constituição da “fala letrada”) e a fala influencia a escrita (o aparecimento de “traços da oralidade” nos textos escritos). São práticas que permitem ao aluno construir seu conhecimento sobre os diferentes gêneros, sobre os procedimentos mais adequados para lê-los e escrevê-los e sobre as circunstâncias de uso da escrita. A relação que se estabelece entre leitura e escrita, entre o papel de leitor e de escritor, no entanto, não é mecânica: alguém que lê muito não é, automaticamente, alguém que escreve bem. Pode-se dizer que existe uma grande possibilidade de que assim seja. É nesse contexto — considerando que o ensino deve ter como meta formar leitores que sejam também capazes de produzir textos coerentes, coesos, adequados e ortograficamente escritos — que a relação entre essas duas atividades deve ser compreendida.

Segundo a orientação posta, a leitura e a escrita são complementares e precisam ser encaradas de modo complementar e dinâmico e não apenas como meros processos de codificação e decodificação.

Escrita e leitura não são capacidades individuais, mas práticas sociais baseadas no uso da linguagem possibilitando ao indivíduo efetivar tais relações sociais. Nesse sentido, Paulo Freire (1995, p. 31), em “A importância do ato de ler”, afirma que:

O mundo das minhas primeiras leituras – ‘os textos’, as palavras, as letras daquele contexto, cuja percepção me experimentava e quanto mais o fazia

mais aumentava a capacidade de perceber – se encarnava em uma série de coisas, de objetos e sinais, cuja compreensão eu ia aprendendo no meu trato com eles, nas minhas relações com meus irmãos mais velhos e com meus pais”.

Para o autor a interação do indivíduo com o seu meio ao mesmo tempo que se constituía objeto de construção de conhecimento, também se apresentava como uma espécie de oficina, onde ele, (o leitor do mundo) atuava na produção de significados vários num processo interativo.

No que tange à produção de textos, Koch (1997, p. 43) afirma que

A produção textual é uma atividade verbal a serviço de fins sociais e, portanto, inserida em contextos mais complexos de atividades... trata-se de uma atividade consciente, criativa que compreende estratégias concretas de ação e a escolha dos meios adequados à realização dos objetivos; isto é, trata-se de uma atividade intencional que o falante, de conformidade com as condições sob as quais o texto é produzido, empreende, tentando dar a entender seus propósitos ao destinatário através da manifestação verbal.

Desse modo a autora explicita o caráter social da produção textual, na medida em que declara o objetivo do texto como atividade a serviço de “fins sociais” e mais ainda, aponta novos mecanismos nesse estudo da temática: o contexto como estrutura mais complexa que envolve o texto e nele atua influenciando-o.

Os produtores de texto não adquirem tais habilidades apenas através do contato com material escrito, mas especialmente com a leitura de diferentes textos que servirão para uma multiplicidade de propósitos. Nesse sentido partimos do princípio que o ensino de produção textual deve pautar-se numa perspectiva sociointeracionista da linguagem, onde os alunos são convidados a usar a escrita em suas variadas formas de interação dentro e fora da escola.

A escrita se constitui também como representação da linguagem falada, como uma espécie de símbolo concreto que designa algo abstrato (a fala), porém há um distanciamento entre ambas, pois com a linguagem falada os limites e as variantes são mais intensas do que em termos de linguagem escrita.

A abordagem da escrita é uma discussão que merece grande enfoque, uma vez que as aulas de língua portuguesa, ainda nos dias atuais, têm levando em conta o ensino de língua com foco no domínio das normas gramaticais.

Desse modo, o ensino de Língua Portuguesa (e o de escrita) ficou por muito tempo acomodado aos limites do gramaticismo. Segundo Travaglia (2002) as regras constituíam as

normas gramaticais das atividades de falar e de escrever bem, constituindo o ensino de gramática normativa ou tradicional.

Sobre a discussão, Oliveira (2010, p. 113) afirma que:

A leitura não é uma atividade exclusivamente lingüística. A escrita também não é. E isso tem de ficar claro para o professor de português. Afinal, para escrever, necessitamos de conhecimentos lingüísticos, mas também precisamos ter conhecimentos enciclopédicos e textuais

Para o autor, escrita e leitura ultrapassam os limites dos fatores essencialmente lingüísticos. Para ele é preciso que o aluno tenha conhecimentos enciclopédicos (conhecimento de mundo) e também conhecimentos textuais.

Assim, a função do professor como mediador desse processo de escrita é fundamental para o sucesso no desenvolvimento dessa habilidade nos alunos. Sobre esse assunto, Oliveira (2010, p. 121) afirma que:

É importante que os alunos entendam que o ato de escrever não é um ato linear e não ocorre de imediato. Todo escritor reflete sobre o que vai escrevendo e alerta seu texto constantemente. As rasuras que o professor vê nas redações dos alunos são provas irrefutáveis de que eles estão refletindo sobre sua escrita e, por isso, devem ser vistas como algo positivo e não como algo que precisa ser passado a limpo [...]

O autor chama a atenção para a necessidade dessa orientação do professor no processo de produção escrita, destacando que essa atividade não é linear e isso abre um leque de reflexões sobre como o professor deve planejar suas atividades de produção escrita.

Para Santos (2004, p. 11):

Ensinar a língua escrita e a elaboração de textos sempre foi uma das tarefas da escola nas sociedades modernas, assim como a leitura sempre foi tanto atividade quanto objetivo de ensino. Pode-se alegar que o ensino de leitura e da escrita esteve sempre fortemente atrelado às noções de decodificação e codificação, no entanto, não se pode desconsiderar que tenham sido objetos do processo de escolarização formal.

A autora reconhece o papel da escola no trabalho com essas atividades e sua necessidade no processo de formação escolar do indivíduo e sugere a discussão acerca dos conceitos de leitura que quase sempre estão associados a processos de decodificação e codificação.

4 EEEFM FRANCISCO AUGUSTO CAMPOS TRAÇANDO POSSIBILIDADES DE TRABALHO COM LEITURA

4.1 A leitura no contexto escolar da EEEFM Francisco Augusto Campos

A EEEFM Francisco Augusto Campos é reconhecida na comunidade pelo seu esforço e dedicação na busca por uma educação de qualidade, que aponte para valores sólidos e contribua significativamente para uma aprendizagem eficaz, possibilitando ao alunado uma perspectiva de vida digna no sentido de inseri-los nas práticas sociais de uso das diversas linguagens, sejam elas verbais, não-verbais, em contexto de uso da escrita ou da oralidade, nas mídias, nas artes, entre outras, de modo que ele possa utilizar os conhecimentos adquiridos na escola.

Nesse sentido, a instituição busca sempre novos conhecimentos pedagógicos e espaços de aprendizagem de modo a tornar seus objetivos mais próximos quanto à formação do aluno e seu preparo para enfrentar os desafios de uma vida em sociedade.

No entanto, apesar do esforço dispensado pela instituição no sentido de acompanhar à miúdo a frequência do aluno com comunicações regulares junto à família, realização de reuniões periódicas com os pais de alunos, desenvolvimento de projetos por área do conhecimento com foco em atividades que reforcem os conteúdos estudados, oferta de curso de aperfeiçoamento para os professores, incentivo à participação dos alunos em vestibulares, ENEM, cursos e concursos da região, entre outros, e da dedicação empreendidos pela Escola, os resultados têm sido preocupantes, em especial no que tange ao ensino e à aprendizagem da leitura e da escrita e suas habilidades como compreensão e interpretação textuais, produção textual e o uso e compreensão da função dos textos dentro de um contexto social de uso.

Em termos mais específicos, os alunos que compõem as turmas iniciais da segunda fase do ensino fundamental (5º e 6º anos) apresentam acentuadas deficiências quanto à aprendizagem da leitura e da escrita. Uma alternativa que a escola buscou foi o trabalho baseado no desenvolvimento de projetos com foco naqueles conteúdos que os alunos precisam de um reforço.

A grande maioria não lê com entoação, e ao terminarem a leitura não sabem o que leram; outra parte, apesar de apresentarem uma leitura razoável não conseguem interpretar o texto lido, precisando de grandes esforços para responderem questionários simples, com questões objetivas sobre o texto; outro problema, refere-se à deficiência da escrita no que

concerne à produção textual: a maioria não consegue produzir um texto simples (de 15 linhas) com coerência, usando a ortografia e a pontuação conforme as normas gramaticais.

Os erros ortográficos e de concordância são gritantes e apontam para uma enorme falha no processo de alfabetização pelo qual os alunos acabaram de passar. Não se questione aqui (mesmo por que não é foco do presente trabalho) as causas desse déficit na formação inicial do aluno que chega à escola Francisco Augusto Campos.

Há uma enorme variedade de teorias que tentam sempre explicar os problemas relacionados ao ensino e à aprendizagem da leitura e da escrita, em especial quanto aos aspectos pedagógicos adotados em cada escola. Algumas delas dão enfoque aos problemas relacionados à percepção da fala (problemas de ordem fonológica), outras por sua vez, preferem acentuar fatores relacionados ao processamento de idéias e informações no momento da leitura em busca da construção do sentido do texto e outras ainda, enfatizam o desenvolvimento mesmo da escrita.

Essas teorias, na verdade, tentam apontar possíveis causas de problemas de leitura e de escrita dando enfoque a um e outro fator. Elas não se excluem, muitas vezes até se complementam e tentam orientar os trabalhos do professor em sala de aula quanto à abordagem do ensino com foco no desenvolvimento das habilidades relacionadas à leitura e à escrita pelos alunos.

Nesse sentido, muitos dos problemas relacionados, por exemplo, a inabilidade do aluno em relação à prática da leitura pode ter sua origem em vários fatores, cujo complexo tende a dificultar a apropriação eficiente e o desenvolvimento dessas habilidades de leitura e escrita.

Na Escola Francisco Augusto Campos, percebe-se que os alunos lidam melhor com a oralidade, na medida em que participam de atividades que lidam com essa habilidade, como: seminários, recitais, shows, debates, entrevistas, entre outras. Tais atividades são sempre desenvolvidas na escola através de projetos e programas que acontecem na escola visando o melhor desenvolvimento integral do aluno.

No entanto, alguns problemas são detectados ainda dentro dos espaços da sala de aula no que tange ao trato dado às aulas de leitura na escola. Muitas vezes, podemos detectar uma prática descontextualizada em que o trabalho com a leitura e com a escrita é feito de modo mecânico, repetitivo e distante do contexto de uso de linguagem dos alunos. As aulas assim, tornam-se desinteressantes e sem significado algum para os alunos.

Nesse sentido, cabe à escola e ao professor replanejar as atividades pedagógicas de modo a ampliar o rendimento das aulas de leitura instigando a curiosidade e a imaginação do aluno para que ele possa se tornar um leitor eficiente e um usuário competente da sua língua.

Uma dica seria que professor oferecesse um momento para leitura em sala de aula para em seguida discutir os textos de modo suave, sem muita pressão sobre os aspectos gramaticais do texto. Isso poderia contribuir enormemente para a formação de leitores, pois muitas vezes os exercícios exaustivos tendem a afastar os alunos dos livros. Eis um problema que a Escola Francisco Augusto enfrenta.

Percebe-se que a leitura é encarada como pretexto para discussão e análise dos aspectos linguísticos, deixando de lado o objetivo de formar leitores, pois enquanto o texto servir de meio (e não de fim) para outros estudos, o aluno não desenvolverá uma postura de diálogo com o texto, de afinidade ou de prazer.

As atividades que abordam o trabalho com leitura e escrita em sala de aula devem ser complementadas fazendo a ligação com outras formas de conhecimentos com as quais os alunos lidam no seu cotidiano, de modo interdisciplinar. A exemplo do uso das mídias digitais no contexto de uso das linguagens utilizadas nos processos comunicativos em sociedade. Somente assim poderemos falar numa educação pautada nos princípios do letramento.

Nestes termos, a Escola Francisco Augusto Campos tenta utilizar de mecanismos que possibilitem essa troca de conhecimentos entre as diversas áreas da aprendizagem. Um exemplo refere-se aos projetos desenvolvidos na escola, orientados pelo Governo do Estado da Paraíba: Mestres da Educação.

O Projeto visa a fomentar a política de trabalho com projetos de modo interdisciplinar. Nesse sentido, os professores da Escola Francisco Augusto Campos elaboram e trabalham durante o ano letivo, determinada temática. Preferencialmente de modo integrado entre as outras disciplinas. Assim, o trabalho também serve para aproximar os profissionais que tentam obter os mesmos objetivos de aprendizagem. O sucesso se revelou nos resultados em que nas três edições lançadas, todos os projetos foram contemplados. Destaque-se que todos os projetos, de um modo ou de outro, tiveram o trabalho com a leitura a ferramenta fundamental no seu desenvolvimento. Mesmo assim, com o desenvolvimento dos projetos, a escola ainda tem problemas acentuados em relação à leitura e à escrita. Esses projetos têm realmente ajudado a mudar o quadro, mas ainda há muito que se fazer.

É sabido que o aluno que lê participa efetivamente da construção da sociedade enquanto ser social e dotado de uma consciência crítico-reflexiva. Na sociedade em que vivemos as atividades quase que totalmente utilizam algum tipo de linguagem, de forma oral

ou escrita. Desenvolver o domínio dessas habilidades de leitura e de escrita de modo eficiente é requisito fundamental para o exercício da cidadania.

No entanto, sabemos também que existem muitos e complexos problemas em torno do ensino e da aprendizagem de leitura e nosso país. Na Escola Francisco Augusto Campos o quadro não é diferente. Há efetivamente uma grande deficiência em relação à leitura, por diversos motivos, conforme afirmamos anteriormente. Há, por exemplo, falta de acesso a uma boa biblioteca e instrumentos de informação.

O espaço destinado à biblioteca (uma sala de aula adaptada) é bastante pequeno e o acervo é bem reduzido. Não tem dicionários que dêem conta da demanda e os profissionais que trabalham nela não possuem uma formação para o trabalho em biblioteca. Por outro lado, o laboratório de informática, apesar de possuir um número considerável de computadores (20) está deficiente porque desses vinte computadores, apenas dois estão em bom estado de funcionamento e somente um deles têm acesso à internet.

Esses problemas, em pequena ou em grande escala, também tende a acentuar o problema com as atividades de leitura que são desenvolvidos na escola, uma vez que os alunos sentem-se desprotegidos e desmotivados à visitas à biblioteca e à pesquisas no laboratório de informática da escola.

Levando em consideração que a leitura é atividade essencial no desenvolvimento integral do aluno e que a função da escola se faz cada vez mais fundamental na sua formação, apesar das dificuldades encontradas, a Escola Francisco Augusto Campos luta para superar os obstáculos e conseguir atingir o objetivo geral de oferecer uma educação de qualidade aos seus alunos.

Trata-se de um grande desafio em tempos de mídias tão atraentes. O uso dos meios de comunicação cheios de recursos tecnológicos fascinantes têm proporcionado momentos de desconforto quanto ao trabalho com a leitura dos livros, por exemplo. Isso porque cada vez mais as pessoas optam por estar na internet, ao computador ou mesmo ao celular, a uma leitura de um livro ou jornal ou revista.

Tomando como base esse papel da escola de promover o acesso aos vários tipos de conhecimento e a leitura tem configurado enorme desafio. Para Lajolo (2001, p.105)

O ato de ler foi de tal forma se afastando da prática individual que a tarefa que hoje se solicita de profissionais da leitura, como professores, bibliotecários e animadores culturais, é exorcizarem o risco da alienação, muito embora eles possam acabar constituindo elo a mais na e agora inevitável cadeia de mediadores que se interpõem entre o leitor e o significado do texto.

Para a autora, esse exercício de estudo em relação à habilidade da leitura tem sido realizado de modo a suprir uma carência mínima, uma vez que cada vez mais fica mais difícil de se formar leitores proficientes.

Segundo Silva (1988, p.102)

recuperar o significado da leitura da palavra no meio escolar, transformando as condições de sua realização, não é tarefa das mais fáceis, pois envolve toda uma história de carências acumuladas e extremamente complexas. A leitura vai depender de certas condições para ser efetuada, entre outras, o preparo do professor, e a formação de acervos específicos.

Nesse sentido, reconhece-se a dificuldade e o desafio que se configura quanto o assunto é trabalhar a leitura de um modo eficiente, transformando nossos alunos em leitores proficientes e sujeitos com uma competência comunicativa eficaz. Para tanto Silva (1988) aponta a necessidade de se investir na formação e no preparo dos professores e na organização de um espaço adequado para a leitura com um acervo realmente adequado à demanda em qualidade e quantidade. Também com profissionais da área que possam auxiliar essa atividade junto aos professores, uma vez que o trabalho de formar alunos não é tarefa exclusiva do professor que o orienta em sala de aula, mas de toda a escola enquanto instituição social de aprendizagem e forma do indivíduo.

4.2 Traçando possibilidades de trabalho com leitura

A realidade do processo educacional brasileiro tem sido bastante discutida atualmente, em especial no que tange ao trabalho com a leitura e a escrita. Nesse sentido, é perceptível a necessidade de um redimensionamento da prática pedagógica no que tange ao ensino de leitura com o intuito de ampliar a qualidade do processo de ensino aprendizagem. Percebe-se que na maioria das escolas a leitura não vem sendo trabalhada com objetivo de formar leitores e cidadãos capazes de compreender e atuar no seu universo através do uso da leitura.

O sentido da leitura é *a priori* constituir conjuntamente com a escrita um bem cultural de compreensão do mundo que nos cerca e, nesses termos, merece todo destaque naquelas discussões traçadas nos espaços educacionais.

Na escola deve ser instigada desde cedo e em todos os momentos e espaços da aprendizagem formal, pois além de constituir objeto de ensino e de aprendizagem, a leitura

ultrapassa os limites acadêmicos e passa a compreender toda uma conjectura de vivências nos espaços sociais.

As atividades educacionais e escolares tendem a reafirmar a necessidade de se ensinar o aluno a ler, compreender e produzir textos. Mais que isso, torna-se fundamental nos tempos atuais uma política no sentido de se formar leitores competentes.

Daqui decorre que o papel da escola e do professor no trato do trabalho com a leitura é fundamental para o sucesso de aprendizagem do aluno no que tange às habilidades de ler, escrever e compreender textos.

Os processos de leitura e escrita são fundamentais no desenvolvimento dos alunos, e sendo assim os conhecimentos relacionados à aquisição dessa capacidade devem ser planejados estrategicamente, visto que o processo de aquisição da leitura tem sido abordado apenas como ato de decodificação de textos.

Para Kleiman (1989, p. 10), a “leitura é um ato social, entre dois sujeitos – leitor e autor – que interagem entre si, obedecendo a objetivos e necessidades socialmente determinados”. Nesse sentido, ela deve ser compreendida como o resultado de um esforço em busca de um sentido. Ler não é simplesmente decodificar ou repetir os sentidos atribuídos por outros sujeitos, mas se configura como processo de construção de sentidos a partir dos elementos que são fornecidos pelo autor e também pelo seu texto.

É através da leitura que o indivíduo, o aluno interage na sociedade na qual se insere por meio do seu discurso. A leitura é um processo de compreensão de mundo que envolve características essenciais singulares do homem, levando a sua capacidade simbólica e de interação com outra palavra de mediação marcada no contexto social. Assim, um texto só se completa com o ato da leitura na medida em que é atualizada a linguística e a temática por um leitor.

Sobre essa necessidade de se redimensionar o trabalho com a leitura em sala de aula, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) orientam a abordagem do trabalho de leitura e escrita na escola:

Formar leitores é algo que requer, portanto, condições favoráveis para a prática de leitura - que não se restringem apenas aos recursos materiais disponíveis, pois, na verdade, o uso que se faz dos livros e demais materiais impressos é o aspecto mais determinante para o desenvolvimento da prática e do gosto pela leitura. Algumas dessas condições:

- dispor de uma boa biblioteca na escola;
- dispor, nos ciclos iniciais, de um acervo de classe com livros e outros materiais de leitura;

- organizar momentos de leitura livre em que o professor também leia. Para os alunos não acostumados com a participação em atos de leitura, que não conhecem o valor que possui, é fundamental ver seu professor envolvido com a leitura e com o que conquista por meio dela. Ver alguém seduzido pelo que faz pode despertar o desejo de fazer também;
- planejar as atividades diárias garantindo que as de leitura tenham a mesma importância que as demais;
- possibilitar aos alunos a escolha de suas leituras. Fora da escola, o autor, a obra ou o gênero são decisões do leitor. Tanto quanto for possível, é necessário que isso se preserve na escola;
- garantir que os alunos não sejam importunados durante os momentos de leitura com perguntas sobre o que estão achando, se estão entendendo e outras questões;
- possibilitar aos alunos o empréstimo de livros na escola. Bons textos podem ter o poder de provocar momentos de leitura junto com outras pessoas da casa — principalmente quando se trata de histórias tradicionais já conhecidas;
- quando houver oportunidade de sugerir títulos para serem adquiridos pelos alunos, optar sempre pela variedade: é infinitamente mais interessante que haja na classe, por exemplo, 35 diferentes livros — o que já compõe uma biblioteca de classe — do que 35 livros iguais. No primeiro caso, o aluno tem oportunidade de ler 35 títulos, no segundo apenas um;
- construir na escola uma política de formação de leitores na qual todos possam contribuir com sugestões para desenvolver uma prática constante de leitura que envolva o conjunto da unidade escolar.

Nesse sentido, o documento traz à tona orientações sobre como trabalhar na sala de aula com estratégias de leitura. Além disso, destaca que é necessário que a escola disponha de uma política de formação de leitores que seja trabalhada paralelamente ao ensino e aprendizagem de leitura e de escrita.

Conforme a orientação o trabalho com a leitura deve ser um esforço diário do professor, que utilizará estratégias variadas que oportunizem exercícios dinâmicos e significativos de leitura, como por exemplo, a leitura silenciosa e em voz alta, individual ou em grupo. Sobre o assunto os PCN (1997, p. 45) destaca:

- toda proposta de leitura em voz alta precisa fazer sentido dentro da atividade na qual se insere e o aluno deve sempre poder ler o texto silenciosamente, com antecedência — uma ou várias vezes;
- nos casos em que há diferentes interpretações para um mesmo texto e faz-se necessário negociar o significado (validar interpretações), essa negociação precisa ser fruto da compreensão do grupo e produzir-se pela argumentação dos alunos. Ao professor cabe orientar a discussão, posicionando-se apenas quando necessário;
- ao propor atividades de leitura convém sempre explicitar os objetivos e preparar os alunos. É interessante, por exemplo, dar conhecimento do assunto previamente, fazer com que os alunos levantem hipóteses sobre o tema a partir do título, oferecer informações que situem a leitura, criar um certo suspense quando for o caso, etc.;

- é necessário refletir com os alunos sobre as diferentes modalidades de leitura e os procedimentos que elas requerem do leitor. São coisas muito diferentes ler para se divertir, ler para escrever, ler para estudar, ler para descobrir o que deve ser feito, ler buscando identificar a intenção do escritor, ler para revisar. É completamente diferente ler em busca de significado — a leitura, de um modo geral — e ler em busca de inadequações e erros — a leitura para revisar.

Nesse sentido, o documento fornece alguns elementos norteadores da prática de ensino de leitura na escola, dando enfoque à necessidade de se dinamizar essas atividades e que os exercícios de leitura sejam de fato instigantes e prazerosos. É necessário também, conforme a orientação dos documentos orientadores que o aluno compreenda o objetivo de cada leitura realizada, pois essa compreensão é fundamental na concretização do processo comunicativo.

É visível assim, uma proposta pautada na perspectiva de letramento na medida em que orienta a realização de atividades que oportunizem o uso social da leitura. Assim, o papel da escola se amplia e ganha novos contornos diante das novas leituras que o aluno precisa realizar.

O aluno deve fazer uso social das habilidades de leitura, cabendo à escolar conciliar as práticas de linguagem na escola e na sociedade, proporcionando aos alunos uma acentuada reflexão sobre o uso da linguagem em cada um desses espaços.

Nessa perspectiva, devem-se levar em conta os meios pedagógicos que a escola dispõe na abordagem dessas práticas discursivas de leitura e de escrita com o intuito de se analisar o processo de ensino e de aprendizagem. É fundamental, por exemplo, conhecer os gêneros que os professores utilizam para trabalhar o processo de leitura e de escrita, bem como o modo como o educador encara essas habilidades e o seu uso social pelo aluno.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (2001, p. 53), define leitura:

A leitura é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto, a partir dos seus objetivos, do seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a língua: características do gênero, do portador, do sistema de escrita, etc.

Segundo os documentos orientadores a leitura é encarada como um processo que exige uma postura ativa do leitor na busca pela construção do significado do texto. Prosseguindo, os PCN afirmam que a leitura “não se trata simplesmente de extrair informações da escrita, decodificando-a letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica, necessariamente compreensão na qual os sentidos começam a ser construídos antes da leitura propriamente dita”.

Nestes termos a leitura passa a ser abordada pela escola como processo essencial de construção do sujeito em busca de uma compreensão. Esse mudar de foco sobre o conceito de leitura aponta para a necessidade de redimensionamento da prática de ensino com leitura e escrita na escola.

Torna-se cada vez mais evidente a necessidade de se trabalhar com a variedade de gêneros que circulam socialmente. Isso traz uma aprendizagem mais significativa, mais dinâmica e mais prazerosa.

A leitura é também fundamental no processo de formação de alunos-cidadãos, conscientes de direitos e deveres na sociedade. Para os PCN (2001, p. 54):

Um leitor competente é alguém que, por iniciativa própria, é capaz de selecionar, dentre os textos que circulam socialmente, aqueles que podem atender a uma necessidade sua, que consegue utilizar estratégias de leitura adequadas para abordá-los de forma a atender essa necessidade.

Nessa perspectiva, o trabalho didático-pedagógico com a leitura deve apontar para a formação de leitores competentes, que leiam e produzam textos eficazmente e, nesse sentido, a escola deve oferecer uma educação de qualidade para seus educandos, para torná-los leitores proficientes, e para que desenvolvam sua competência comunicativa.

É comum o comentário de que nas escolas a leitura é abordada meramente como sendo uma prática cujo objetivo é simplesmente memorizar textos e responder questões de modo mecânico sem espaço para que o aluno possa desenvolver competências mais complexas e significativas no seu processo de desenvolvimento.

De acordo com os PCN (2001, p. 54) “A leitura na escola tem sido fundamentalmente um objeto de ensino, para que esta se constitua em um objeto de aprendizagem é necessário que tenha sentido para o aluno”.

Essa atividade no trato com a leitura em sala de aula deve apontar para exercícios que oportunizem uma vivência assemelhada àquelas que o aluno vivencia na sua prática social, trabalhando com diversidades gêneros textuais.

Conforme a orientação do documento supracitado, o trabalho com a leitura que se fundamente em uma prática pedagógica que possua significado para a vida do educando “significa trabalhar com a diversidade de objetivos e modalidades que caracterizam a leitura, ou seja, os diferentes para “quês”- resolver um problema prático, informar-se, divertir-se, estudar, escrever ou revisar o próprio texto” (PCN, 2001, p. 54-55).

O professor, enquanto sujeito facilitador dessa aprendizagem da habilidade de leitura deve buscar os conhecimentos necessários para conhecer a realidade do aluno. Para que o professor possa desenvolver em seus alunos uma boa competência leitora, o gosto de ler e o hábito de ler é necessário ele ser um conhecedor de textos variados e um leitor de fato.

Uma das inúmeras dificuldades de se trabalhar na prática docente com a leitura refere-se ao fato de que a escola dá mais espaço à escrita do que à leitura. Essa abordagem injusta e comprometedora do ensino escolar traz sérios danos à aprendizagem dos alunos, pois assim como a escrita, a leitura deve preencher enormes espaços na formação do educando.

De acordo com Silva (1988, p. 22) “O processo de leitura apresenta-se como uma atividade que possibilita a participação do homem na vida em sociedade, em termos de compreensão do presente e passado e em termos de possibilidades de transformação cultural”. Nesse sentido, cabe à escola deve oferecer práticas significativas de leitura de modo mais dinâmico e significativo. Uma possibilidade diz respeito ao uso dos gêneros textuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos em um momento da educação em que a preocupação dos estudiosos com o ensino e a aprendizagem da leitura e da escrita tem sido uma constante nas mesas e rodas de debate.

Este trabalho tentou apresentar através de uma pesquisa a partir de diversas obras que abordam questões de leitura e escrita, algumas reflexões sobre a temática com enfoque na metodologia utilizada para tal fim, especificamente, na EEEFM Francisco Augusto Campos.

Reafirmando o papel da escola e do professor em transformar o aluno em sujeito leitor competente na sua atividade comunicativa em termos de compreensão leitora e de produção escrita, cabe destacar a necessidade de se redimensionar a abordagem que é dada às aulas que visam ao desenvolvimento dessas habilidades, ao mesmo tempo em que se torna indiscutível a necessidade de se oferecer aos professores formação profissional adequada para tal fim.

Nessa perspectiva, destacamos a necessidade de se redimensionar a proposta de ensino da leitura e da escrita em sala de aula, apontando estratégias voltadas para o uso dos diversos gêneros textuais e para a proposta de letramento, de modo que os alunos tenham aulas mais significativas e mais prazerosas.

No contexto da EEEFM Francisco Augusto Campos o trabalho com a leitura e a escrita tem ganhado novo aspecto, uma vez que a problemática acerca dessas habilidades eram preocupantes. Um caminho encontrado pela escola foi o trabalho com o desenvolvimento de projetos que começam a dar novos contornos a essa realidade. No entanto há muito que se fazer para que possamos vislumbrar uma nova realidade acerca do desenvolvimento dessas competências leitoras pelos nossos alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado, 1997.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa** / Secretaria de Educação Fundamental. MEC – Brasília, 2001.

FERREIRA, Emília. PALACIO, M. G. (eds). **Os processos de leitura e escrita: novas perspectivas**. Trad de Maria Luiza Silveira. Porto Alegre, 1988.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. In ABREU, M. (org.) *Leituras no Brasil*. Campinas: Mercado de Letras. 1995.

HORN, Maria da Graça de Souza. **Sabores, cores, sons, aromas**. A organização dos espaços na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KLEIMAN, Ângela. **Texto e leitor**. Campinas: Pontes, 1989.

KOCH, I. V; ELIAS, v. m. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 1997.

LAJOLO, Marisa. **Do Mundo da Leitura Para a Leitura do Mundo**. São Paulo: Ática, 2001.

MARTINS, M. H. **O que é leitura?** 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

OLIVEIRA, L. A. **Coisas que todo professor de português precisa saber**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

Projeto Político Pedagógico da EEEFM Francisco Augusto Campos. Atualizada em 2014.

SANTOS, C. F. **O ensino da língua escrita na escola: dos tipos aos gêneros**. In: *Diversidade textual: os gêneros na sala de aula*. MEC. CEEL. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SILVA, Elizabeth, R. (org) **Texto e ensino**. São Paulo: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2002.

_____. **O ato de ler**: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. **Leitura e realidade brasileira**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

SILVEIRA, Maria Inês. **Modelos teóricos & estratégias de leitura**: suas implicações no ensino. Maceió. Editora da UFAL, 2005.

SOARES, M. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. 12. ed. São Paulo: Ática, 1994.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.